

**CONFLITOS AMBIENTAL E FUNDIÁRIO DE ÁGUAS LINDAS DE
GOIÁS NA DIVISA COM O DISTRITO FEDERAL**

Maria das Dôres Silva Nóbrega

nobredoris@yahoo.com.br

Brasília – DF, Outubro de 2005

CONFLITOS AMBIENTAL E FUNDIÁRIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS NA DIVISA COM O DISTRITO FEDERAL¹

Maria das Dôres Silva Nóbrega
nobredoris@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo analisa a problemática do adensamento urbano que compromete áreas ambientais pela sobreposição de usos e ocupações do solo incompatíveis com a manutenção da qualidade dos recursos naturais que se destacam na área pesquisada. A área de estudo é o município de Águas Lindas de Goiás – GO, situado na divisa oeste do Distrito Federal. A análise se fundamenta na legislação da Área de Proteção Ambiental – APA do rio Descoberto, decreto nº. 88.940 de novembro de 1983 e no Plano Diretor Local com base na diretriz XIV, da lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, que trata da regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda. As repercussões deste tipo de instrumento de política pública encontra potenciais conflitos com outras dimensões do processo de urbanização que são legítimas e que encontram respaldo na sociedade. O cerne da questão consiste em garantir moradia a população pobre e estabelecer os usos diversos desse espaço e, por último, apresenta algumas tendências do planejamento urbano e sugeri alternativas mitigadoras dos conflitos à implementação e revisão do Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás.

Palavras-Chave – adensamento urbano, impactos ambientais, conflitos fundiário e ambiental.

1. INTRODUÇÃO:

Este trabalho desenvolve uma discussão que permeia algumas peculiaridades do planejamento urbano como os conflitos que giram em torno da questão fundiária e ambiental, principalmente das áreas habitadas pela população mais pobre, considerando a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

Inicialmente apresenta-se um levantamento do adensamento urbano, de Águas Lindas de Goiás, localização da Área de Proteção Ambiental - APA do rio Descoberto. E analisa-se a legislação tanto da APA, decreto nº. 88.940 de novembro de 1983, quanto do Plano Diretor Local, lei municipal nº. 341/02 de Águas Lindas de Goiás, que ilustrará a discussão desenvolvida que será respaldada pelo Estatuto da Cidade, lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001, em especial a diretriz XIV, *regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e normas ambientais*. E por fim, propõe-se alternativas mitigadoras para os conflitos fundiário e ambiental.

A área em estudo, Águas Lindas de Goiás – GO, localizada na divisa oeste do Distrito Federal, no Estado de Goiás. Tem como retângulo envolvente as coordenadas de 15°45'00" e 15°52'30" de latitude sul e de 48°15'00" e 48°22'30" de longitude oeste e seu município corresponde a uma área de 191,20 km² ⁱⁱ.

A constatação da predominância da população pobre no município pode ser averiguada por meio da intensidade da indigência que abrange 56,31% da população, da intensidade da pobreza em torno de 43,98%, a renda per capita estimada-se em 150,35 reais. E, a população do município de Águas Lindas de Goiás também, é atendida por rendas oriundas de transferências governamentais que chega a atingir 6,69% da populaçãoⁱⁱⁱ.

Quanto a área de ocupação do entorno, as formas como se dá a apropriação pela população e suas conseqüências geram conflitos que impõem à necessidade de ordenar esses espaços, que de certa forma, apresentam limites. O cerne da questão consiste em garantir o direito de moradia à população pobre e estabelecer os usos diversos desse espaço conforme o Estudo da Cidade.

2. ADENSAMENTO URBANO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

Águas Lindas de Goiás tem na origem um loteamento de chácaras de recreio às margens da rodovia federal BR-070, quando seu território era município de Santo Antônio do Descoberto – GO. O município de Santo Antônio do Descoberto aprovava e licenciava os loteamentos implantados longe da sede do município, na zona rural e também na APA da Bacia do Rio Descoberto. Os loteamentos iniciais foram reparcelados em lotes de dimensões urbanas, pois assim seriam melhor comercializados. Posteriormente, novos loteamentos surgiram em torno desse embrião urbano.

O município de Águas Linda de Goiás nasce com um forte vínculo à construção de Brasília e principalmente com a ausência de Política Habitacional do Distrito Federal que atendesse a população com baixos rendimentos. Segundo Relatório técnico do Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás (2002) a criação das cidades-satélites e o processo de invasões impulsiona a expansão da periferia.

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - PDOT (1996) reconhece a ocupação indiscriminada da periferia do Distrito Federal demonstrando que não foi acompanhada de recursos financeiros suficientes para dotá-las de infra-estrutura urbana o que levou a uma sobrecarga dos serviços no Distrito Federal. Como se observa na Tabela 3 é visível à carência de saneamento no município de Águas Lindas de Goiás.

Tabela 3: Saneamento – Águas Lindas de Goiás - GO

Indicadores	Domicílios
Esgoto – Domicílios particulares permanentes com banheiro ligado à rede geral	15
Água – Domicílios particulares permanentes com abastecimento ligado à rede geral	487
Lixo – Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	8.651
Total de domicílios particulares permanentes	26.349

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

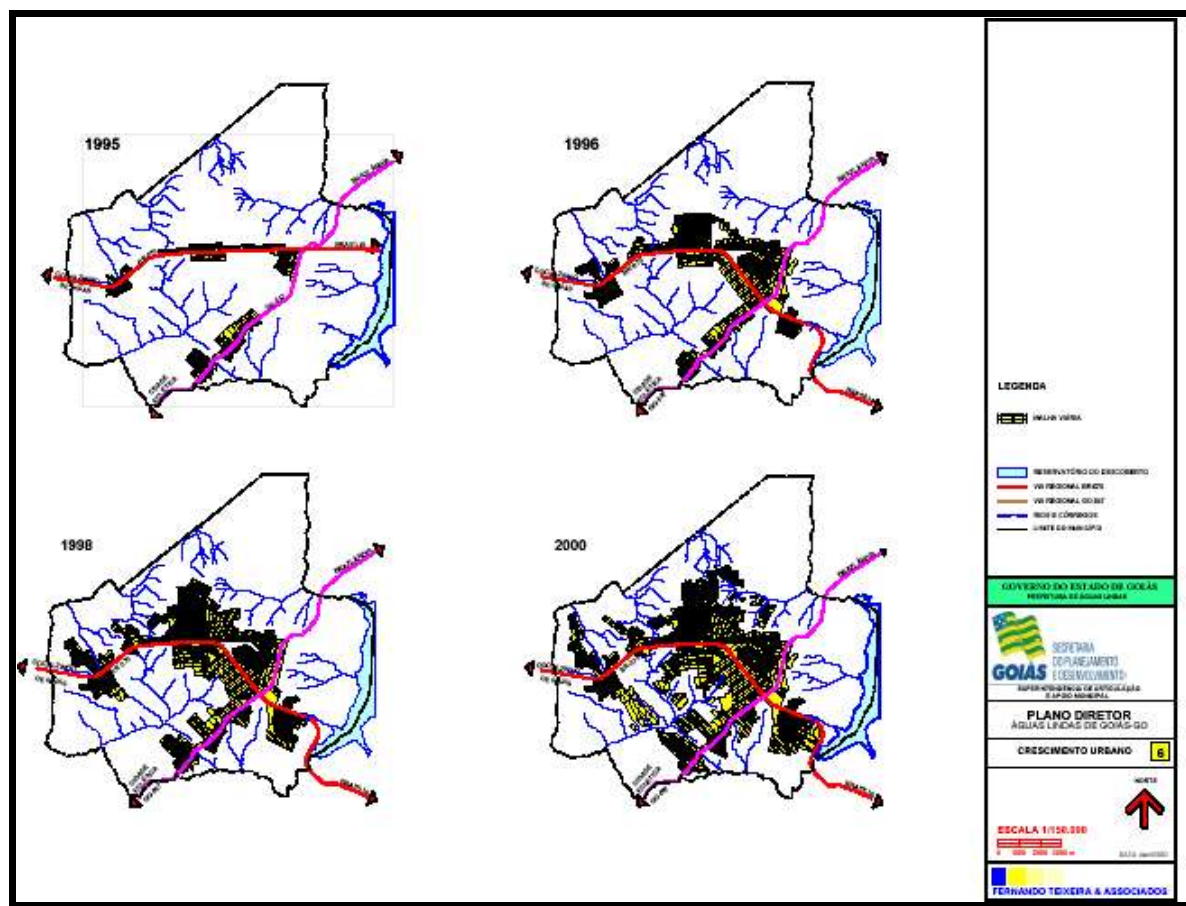
As informações sobre os domicílios, além de demonstrar a falta de saneamento, evidência a relevância do estudo sobre o adensamento urbano do município que tem gerado conflitos tanto ambiental quanto fundiário. O agravante da atração da população para o Distrito Federal se deu com a promoção de iniciativas populistas do Governo do Distrito Federal com imensos loteamentos que levou a ocupação do solo ilegalmente. Quando houve a contenção dessas medidas populistas, a população despreparada e despossuída teve que buscar áreas mais

baratas para se estabelecer iniciando um adensamento significativo no Entorno e especificamente na área em estudo.

Segundo Maricato (2002), isto revela “uma forma discriminatória (segregação da pobreza e cidadania restrita a alguns), e ambientalmente predatória.” Pois, entre 1995 a 2005, a população de Águas Lindas de Goiás atingiu uma cifra em torno de 200 mil habitantes. Os dados apontam que em 1995 correspondia a 61.478 habitantes^{iv} e em 2000 o município atinge 105.583 habitantes^v.

O adensamento populacional no município de Águas Lindas de Goiás, entre os anos de 1998 a 2000, coincide com a redução das medidas populistas que incentivava loteamentos no Distrito Federal. (ver mapa 1). Nota-se, pelo mapa, um forte adensamento populacional resultante da migração da população do Distrito Federal para o Entorno margeando as principais rodovias como a BR 070 que liga Brasília - DF a Cocalzinho – GO e a GO 547 que liga a Cidade Eclética - GO a Brazlândia – DF.

Mapa 1: Crescimento urbano



Fonte: Relatório Técnico do Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás, 2000.

As proximidades facilitadas por rodovias que cortam a região, levam igualmente ao agravamento das condições de vida nos municípios adjacentes a Brasília, uma vez que não há investimentos, quer por parte do Estado de Goiás, quer pelo Distrito Federal, em infraestrutura e nos setores produtivos do município, que tem que arcar com o ônus do “transbordamento”.

O descontrole no adensamento resultante da ausência de uma Política Habitacional adequada à população de baixa renda do Distrito Federal, que também é abordado no Relatório Técnico do Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás (2000), evidencia o fenômeno de atração por oferta de emprego para o Distrito Federal e a expulsão dessa população por não oferecer custo de vida suportável.

O PDOT (1996) aborda a relação de inexistência de oportunidades de emprego no entorno contribuindo para agravar o problema, que passa a demandar empregos no Distrito Federal, pressionando assim um mercado de trabalho relativamente melhor estruturado, assim como a dificuldade de acesso aos lotes urbanos e o alto padrão de vida do Distrito Federal, que são igualmente responsáveis por dois outros movimentos de pessoas em direção ao Entorno: a

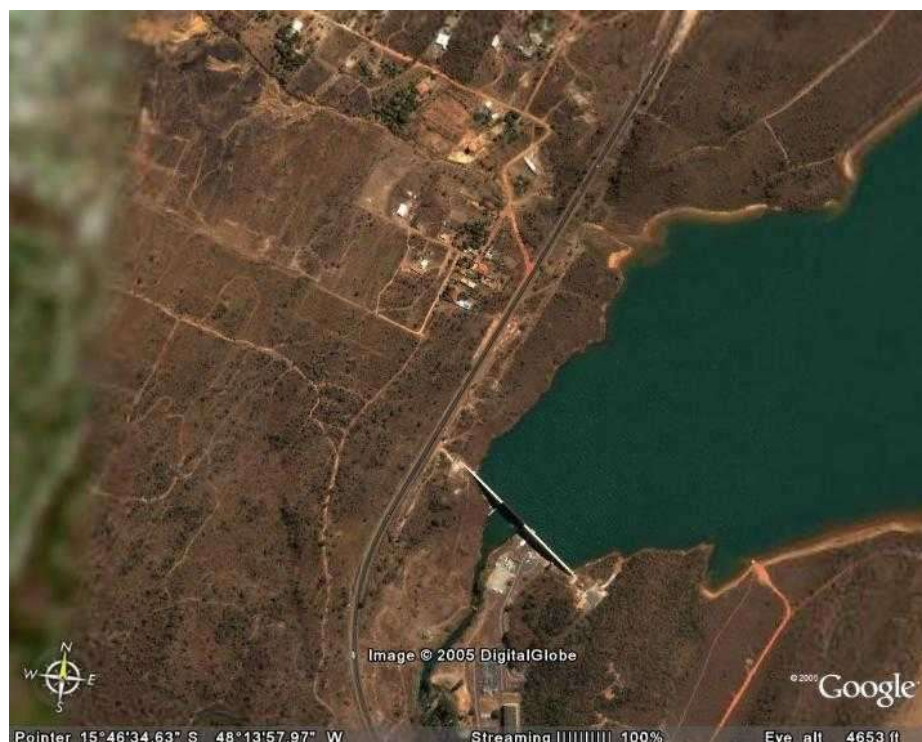
busca de terras para lazer e para negócios, e a compra de terras nos municípios do Entorno com fins de investimento e perspectiva de valorização futura.

2.2 Área de Proteção Ambiental - APA do rio Descoberto

A APA do rio Descoberto foi instituída no decreto nº. 88.940 de novembro de 1983. O artigo 1º estabelece as delimitações da APA (ver mapa 2) e o seu objetivo é proporcionar o bem-estar futuro das populações do Distrito Federal e de parte do Estado de Goiás, bem como assegurar condições ecológicas satisfatórias à represa. Área de Proteção Ambiental é definida de acordo com a lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, no seu capítulo III, art. 15, como:

Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Mapa 2: Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto



Fonte: Imagem de Satélite Google Earth, 2005.

Como vimos, grande parte da população do Distrito Federal tem como sistema de abastecimento de água a barragem do Descoberto, fato que demonstra a importância de órgãos como a Caesb e a Saneamento de Goiás S/A - Saneago agirem de forma integrada, apesar do limite entre o município e o Distrito Federal, mas o que deverá prevalecer são os interesses populacionais de ambos. Essa integração, segundo Mota (2003), deve ocorrer, inclusive entre os profissionais, visando uma melhor qualidade de vida para a população.

A população de Águas Lindas de Goiás é abastecida por captação de sistemas de poços profundos, o que torna problemático o abastecimento. Situação contraditória, pois são exatamente os que estão mais próximos do espelho d'água e os que menos usufruem. A população atendida nessa carência tornará mais fácil o reconhecimento da importância e da necessidade de se preservar a área em torno da represa.

A Legislação da APA, o decreto nº. 88.940 de novembro de 1983, estabelece medidas prioritárias de proteção que visam proporcionar o bem-estar futuro das populações, entretanto o adensamento populacional que cresce em torno da barragem é intenso, de um lado Águas Lindas de Goiás, de outro atividades agrícolas. Ressalta-se que esse estudo não se ateve a área onde são desenvolvidas as atividades agrícolas que ocorrem no Distrito Federal. O decreto,

anunciado anteriormente, ainda estabelece a articulação entre a Secretária Especial do Meio Ambiente - SEMA e a CAESB, no que diz respeito à administração e fiscalização. E declara que a APA é de relevante interesse ecológico e propõe medidas prioritárias a recuperação e proteção.

Entre as medidas prioritárias destaca-se: o zoneamento, indicando em cada zona as atividades que ali deverão ser incentivadas; asseguram a proteção da zona de vida silvestre, o uso racional do solo e outros; a implementação e implantação de sistema de coleta e tratamento de esgotos; o controle da poluição hídrica; esclarecimentos à comunidade quanto às medidas previstas no decreto; a adoção de uma faixa de preservação permanente em torno do lago de 125 metros contados a partir do espelho d'água e de 50 metros para nascentes ou olhos d'águas.

O decreto proíbe a implantação ou ampliação de atividades poluidoras capazes de afetar os mananciais de água; obras de terraplanagem e canais, quando essas importarem sensível alteração das condições ecológicas locais; exercício de atividades que acelera a erosão e ameaça extinguir as espécies; e o uso de biocidas. O decreto, também prevê a expedição de autorizações de abertura de vias de comunicação, realização de grandes escavações e a implantação de projetos de urbanização, que dependerão da apreciação da CAESB, da SEMA e do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Essas autorizações, quando expedidas, constarão às restrições.

Ainda, segundo o decreto, as construções destinadas ao uso humano não serão permitidas na APA, bem como: as edificações isoladas que não tiverem fossas sépticas, nem a existência de lote menor que o módulo rural mínimo, ou seja, de 20 mil metros quadrados. Também, não será permitida a aprovação de planos urbanísticos sem a obrigatoriedade da construção de redes de coleta e estações de tratamento, construções nas áreas futuramente inundadas pela represa e na zona de vida silvestre.

No Plano Diretor de Águas Lindas, lei 341/02, o artigo 13 estabelece uma faixa contínua que acompanha a margem do lago com largura de 600 metros, atendendo o que prevê a legislação da APA, que define a largura de 125 metros de faixa contínua a margem do lago, enquanto que o artigo 45, inciso II, determina o parcelamento de lote na área de 5.000m², bem inferior ao previsto na legislação da APA.

Ficam permitidas na APA, de acordo com o decreto nº. 88.940 de 07 de novembro de 1983, obras de terraplanagem, abertura de estradas, passagens de linhas de força necessárias à construção e operação da barragem e firmar convênios com Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas para a proteção e conservação da APA.

A legislação prevê o direcionamento para que se mantenha a APA conservada, garantindo a qualidade da água. Porém, verificamos que os órgãos responsáveis, o governo e a população demonstram desconhecimento da legislação, o que acaba agravando o comprometimento da área e da qualidade da água da represa.

Uma das soluções encontradas pelos Governos do Distrito Federal – GDF e do Estado do Goiás – GO foi a criação do consórcio entre a CAESB e a SANEAGO, efetivado com a assinatura do documento que prevê a construção dos sistemas de água e esgotamento sanitário de Águas Lindas de Goiás e a criação de duas APAs em torno da represa, segundo artigo publicado no Jornal de Brasília em 1º de Julho de 2005.

O decreto nº. 88.940 de 07 de novembro de 1983, dispõe sobre a criação da APA, no entanto, como citado, foi assinado pelos governantes outro documento que prevê a criação de duas APAs dentro da APA Federal. A Lei Municipal nº. 341/02 que aprova o Plano Diretor do Município de Águas Lindas de Goiás e dá outras providências, em seu artigo 88, alínea ‘h’ e ‘i’, de forma generalizada, prevê as parcerias e consórcios. Vale ressaltar que o Relatório do Plano Diretor de Águas Lindas realizado por Fernando Teixeira & Associações (2000), estabeleceu como estratégia esse consórcio entre os governos do Distrito Federal e do Goiás.

Medidas como estas, previstas há cinco anos, e que somente agora são tomadas as providências, demonstram que a população desconhece o Plano Diretor Local, pois se a população tivesse conhecimento de tal estratégia, provavelmente já teria cobrado dos responsáveis providências quanto ao cumprimento do que prevê o Plano Diretor como a implantação do sistema de esgotamento da cidade. A participação da população é prevista na lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001, artigo 2º, cap. II que trata da gestão democrática por meio da participação populacional.

2.3 Conflito Fundiário X Ambiental

O que se observa em Águas Lindas de Goiás é a necessidade de direcionar o planejamento urbano às ações corretivas que não foram aplicadas em sua totalidade, por isso houve um agravamento da situação, como o surgimento de loteamentos irregulares. Até o momento

registra-se quase trinta loteamentos irregulares, como informa o Cartório do município de Águas Lindas de Goiás.

É evidente nas proximidades da represa a proliferação de loteamentos irregulares como os bairros Jardim das Oliveiras II, Jardim Bela Vista e Mansões do Lago do Descoberto. Trata-se de loteamentos próximos a barragem sem saneamento básico e de acordo com a secretária do Meio Ambiente, o município não possui o Estudo de Impacto de Avaliação – EIA e consequentemente o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, encontrado-se em fase de estudo.

A resolução nº. 1 de 23 de janeiro de 1986 do CONAMA, no artigo 2º, parágrafo XV, define que áreas de projetos urbanísticos acima de 100 ha., caso do município, necessita da elaboração de EIA/RIMA a ser submetido à aprovação do órgão estadual competente e do IBAMA.

Nesse momento discute-se a necessidade de sanar os problemas de adensamentos populacionais como o de Águas Lindas de Goiás, que conforme MOTA (2003), em área com tal situação há necessidade que prevaleça o desenvolvimento de ações corretivas sobre as diretivas no que tange à produção dos espaços. O planejamento de áreas que demandam carência de equipamentos sociais, como infra-estrutura e outras devem priorizar ações corretivas e que sejam diretivas, pois o planejamento hoje não atende apenas a solução de problemas locais e atuais, mas sim do local, da atualidade e do futuro.

No caso do município, como não há o EIA/RIMA, torna-se difícil a análise da situação de loteamentos irregulares como o Jardim Bela Vista e Jardim das Oliveiras II, no entanto, confirma-se que os referidos loteamentos encontram-se na área da APA. Os lotes são pequenos, em torno de 200m² e estão próximo da represa. Quando realizado o EIA/RIMA será possível constatar quais dos loteamentos irregulares que impactam diretamente no meio ambiente. Entende-se por impacto conforme artigo 1º da resolução nº. 1 do CONAMA de 23 de janeiro de 1986:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causado por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afetem a saúde, a segurança e o bem estar da população, das atividades sociais e econômicas, a biota, as condições sanitárias do meio ambiente, a qualidade dos recursos ambientais.

O EIA/RIMA terá por objetivo definir medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas, os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos avaliando a eficiência de cada um deles. A elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos indicando os fatores e parâmetros a serem considerados também é função do EIA/RIMA, conforme resolução nº1 do CONAMA de 1986.

2.4 Possíveis soluções

Diante do exposto nota-se que o Estudo de Impacto Ambiental é fundamental, sobretudo, para o município, uma vez que o mesmo possui parte de sua área localizada em uma APA Federal, que é responsável pelo fornecimento de boa parte de água à população do Distrito Federal. O Plano Diretor Local também é essencial por definir áreas de expansão urbana para que resolva os problemas relacionados com os loteamentos irregulares. Para isso é necessário que seja revisado para atender a demanda.

Como forma de solucionar essa problemática e reduzir os custos para a implantação de infraestrutura sugere-se: o incentivo de políticas habitacionais voltadas para a verticalização; a criação de programas habitacionais voltados para a população de baixa renda em áreas adequadas; a sensibilização da população quanto ao uso e ocupação do solo, respeitando a legislação ambiental e o Estatuto da Cidade; o envolvimento da população na elaboração, fiscalização e revisão das políticas públicas e mesmo do planejamento urbano. Fortalecendo a idéia apresentada por Maricato (2002), que para começar a mudar o rumo do adensamento urbano descontrolado é preciso tirar as instituições e a sociedade do “analfabetismo urbanístico” para isso, deve-se levar para as escolas o conhecimento sobre a cidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação não se esgota. Há necessidade de uma maior demanda de tempo e pesquisa sobre o assunto. A essência do que foi exposto conduz à afirmativa da necessidade de legalização dos loteamentos irregulares. As estratégias previstas no Relatório Técnico do Plano Diretor (2000) são soluções que atendem a diretriz XIV do Estatuto da Cidade, pois busca solucionar os problemas, principalmente de saneamento básico, para que possa atender a regularização fundiária e urbanização dos loteamentos existentes na APA.

Um problema que pode vir a trazer conflito com o poder público e a população é o tamanho dos lotes dos condomínios que se encontram no zoneamento da APA. Para que sejam regularizados devem atender ao previsto na Legislação Ambiental.

Segundo Mota (2003), “a ordenação deste crescimento se faz necessária, de modo que as influências que o mesmo possa ter sobre o meio ambiente não se tornem prejudiciais aos habitantes.” Pensar na garantia do direito de moradia para todos, inclusive para as futuras gerações, perpassa por questões ambientais, pois se torna fundamental a necessidade de garantir para as futuras gerações água potável, solo para plantio, minérios e outros, somente assim estaremos pensando em planejamento numa perspectiva de futuro.

Cabe ressaltar a importância de prevalecer medidas diretivas sobre as corretivas. Além disso, deve-se considerar de acordo com Mota (2003), o planejamento territorial, que hoje é bem mais completo, abrangente e integrado, devendo envolver os aspectos econômicos, sociais, físicos-territoriais, ecológicos e administrativos.

Faz-se necessário relatar que em função da atual situação do município, ainda é primordial a aplicação das ações corretivas, pois pensar o espaço vai além de demarcá-lo, loteá-lo e situar equipamentos sociais, infra-estrutura e ativação econômica. Garantir o direito de moradia permeia questões da situação socioeconômica da população, normas ambientais. Situações que o Estatuto da cidade visualiza.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto Nº. 88.940, de 07 de Novembro de 1983.** IBAMA. Brasília, 1983.

BRASIL. **Decreto Nº. 9.985, de 18 de Julho de 2000.** IBAMA. Brasília, 2000.

BRASIL. **Estatuto da cidade: guia para implementação pelos município e cidadãos:** Lei Nº. 10.257, de 10 de Julho de 2001. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA N°. 001, de 23 de janeiro de 1986.** Diário Oficial de 17/02/1986. Brasília, DF. 1986.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF. Instituto de Planejamento Territorial e Urbano - IPDF. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.** Projeto de Lei Complementar. Brasília, maio de 1996.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Fernando Teixeira & Associações. **Relatório Técnico do Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás.** Águas Lindas de Goiás – GO. Abril de 2000.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás.** Lei municipal nº. 341/02, Águas Lindas de Goiás – GO, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Resultado da Amostra do Censo demográfico,** 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/> acessado em 21/08/2005.

IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIROS. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil:** indicadores por municípios brasileiros. Brasil: IPEA; FJP, 1992.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Região vai ganhar duas APAs,** 1 de julho de 2005, pág. 3, caderno cidades.

LIMA, J. B. M. **Estudo de Redes de monitoramento de Qualidade das Águas superficiais – o caso da Bacia do Rio Descoberto.** Dissertação de Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos. Departamento de engenharia civil e ambiental. Faculdade de Tecnologia, Unb, 2004, Orientador: Sérgio Koide.

MARICATO, Ermínia. **Dimensões da Tragédia urbana.** 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid18.htm>. Acesso em 29 de junho de 2005.

MINISTÉRIO DAS CIDADES; CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, AGRICULTURA E AGRONOMIA - CONFEA. **Plano Diretor Participativo. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos.** Brasília, 2004.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. 3ª ed., Rio de Janeiro: ABES, 2003.

Outras fontes:

www.ibama.gov.br/unidades/apas

www.caesb.gov.br

<http://www.infobrasilia.com.br/entorno.htm>

www.googleheart.com.br/imagens

- ⁱ Trabalho desenvolvido a partir da disciplina Epistemologia da Ciência Geográfica, ministrada pela prof. Msc Edila Ferri, no curso de Especialização em Gestão Territorial e Planejamento Regional (em curso) na União Pioneira de Integração Social – UPIS.
- ⁱⁱ Carta geográfica, folha SD 22-Z-D-VI-3-NE, Cidade Eclética - GO, produzida pelo IBGE, 1985, quando o município não possuía autonomia. A extensão territorial é um dado do IBGE após a criação do município.
- ⁱⁱⁱ Dados obtidos no Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.
- ^{iv} Extraído do site: <http://www.infobrasilia.com.br/entorno.htm> em 29.06.05. Dados estimados para 1996.
- ^v Informação do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.
- ^{vi} Informações extraídas da dissertação de mestrado em tecnologia ambiental e recursos hídricos do departamento de engenharia civil e ambiental – Unb da Janaína Bezerra Mesquita Lima, p.41, 2004, Unb, Brasília – DF.
- ^{vii} Dados informados pelo site da Caesb, www.caesb.gob.br, acessado em julho, 2005.